

MAR 2026

INSIGHTS

Conflito no Oriente Médio
pode estimular novos
radicalismo contra
as instituições
europeias

ELABORADO POR

Filipe Prado Macedo da Silva



Conflito no Oriente Médio pode estimular novos radicalismos contra as instituições europeias

Filipe Prado Macedo da Silva*

A escalada recente dos conflitos no Oriente Médio, envolvendo [confrontos entre os EUA-Israel e o Irã](#), entrou na sua segunda semana.

Longe de qualquer previsão de solução no curto prazo – [Washington sinaliza que a guerra está acabando, enquanto Tel Aviv e Teerã afirmam que as ofensivas continuam](#) – as tensões no Oriente Médio já produzem efeitos diplomáticos, econômicos e sociais adversos, e, ao que tudo indica, ultrapassarão as fronteiras da região.

Em geral, crises no Oriente Médio se traduzem em polarização política, intensificação dos discursos ideológicos e fortalecimento dos movimentos radicais dentro da Europa.

Vale lembrar que as tensões militares com o Irã se somam às [externalidades negativas](#) já produzidas pela [invasão russa da Ucrânia](#) – iniciada em 2022 – e pela [intensificação da ocupação israelense nos territórios palestinos](#) – desde 2023.

Todas essas tensões externas acabam catalisando disputas políticas e concentrando a atenção do debate público europeu, mesmo sem o envolvimento formal da União Europeia (UE) e/ou a participação militar direta de qualquer um dos seus 27 países-membros.

Em termos práticos, esse novo ciclo de instabilidade envolvendo os EUA-Israel e o Irã pode desencadear duas dinâmicas simultâneas: o fortalecimento de radicalismos internos na Europa, especialmente entre movimentos nacionalistas; e a possibilidade de rearticulação de redes extremistas transnacionais.

UE não apoia o conflito e não possui prerrogativa de defesa

Para compreender o impacto político desse conflito na Europa, é fundamental considerar a própria estrutura institucional da UE. Diferentemente de Estados nacionais, a UE não possui um exército próprio nem prerrogativa plena de defesa coletiva.

Atualmente, Bruxelas possui um [Comissário para a Defesa e o Espaço](#), mas a sua função é muito mais estratégica (articulação e financiamento) do que operacional. Isto quer dizer que a operacionalização da política de defesa continua sendo competência primária dos países-membros e das [alianças militares que participam](#), principalmente, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Isso significa que eventuais decisões militares relacionadas ao conflito no Oriente Médio não são tomadas pela UE como bloco, mas por governos nacionais.

É importante destacar que, no calor dos primeiros bombardeios, em 28 de fevereiro, a UE “[apelou para que todas as partes envolvidas atuem com a máxima contenção, protejam os civis e respeitem integralmente o direito internacional](#)”. Posteriormente, em 10 de março, António Costa, presidente do Conselho Europeu, apelou que todas as partes “[regressem à mesa das negociações](#)”.

Portanto, a UE não endossa as ações militares de nenhuma das partes envolvidas, ainda que EUA e Israel sejam parceiros estratégicos de vários de seus países-membros. Inclusive,

declararam apoio ao povo iraniano (e não ao regime dos aiatolás) lamentando as perdas de vidas humanas (com destaque para as 165 meninas mortas em uma escola).

O problema é que os líderes europeus que integram a UE estão com dificuldades em adotar uma posição unificada sobre o conflito no Oriente Médio.

Alguns países europeus, como a Espanha e a Itália, não apoiam a ofensiva e resistem à possibilidade de que bases militares em seus territórios sejam utilizadas nas operações relacionadas ao conflito. Esses países questionam a legitimidade dos ataques ao Irã.

Outros países europeus, como a França, a Polônia e a Alemanha, mantêm forças militares e equipamentos em estado de prontidão para eventuais “medidas defensivas”, caso sejam diretamente atingidos. Ainda não há evidências de planejamento para uma participação militar direta, embora Reino Unido, França e Alemanha já considerem possíveis medidas de retaliação. Esses governos também evitaram questionar explicitamente a legalidade dos ataques, adotando uma postura evasiva, em relação ao direito internacional.

Até o momento, a única medida coordenada entre países europeus foi o envio de forças militares – provenientes da Grécia, França, Itália e Espanha – para reforçar a proteção do Chipre, após uma base aérea britânica na ilha ter sido atingida por um drone. Cabe lembrar que o Chipre é membro da UE e também integra a zona do euro.

Essa complexidade nem sempre fica evidente no debate público. Em crises internacionais, a UE pode ser percebida como parte de um “bloco ocidental”, sobretudo, quando alguns de seus países-membros se alinham aos EUA-Israel.

Isso pode transformar instituições da UE em alvos simbólicos de críticas ou de protestos, mesmo sem participação direta no conflito; além de expor a tensão entre a diplomacia comum da UE, sob a responsabilidade de Kaja Kallas, e as políticas externas e de defesa próprias de seus países-membros.

Riscos de radicalismo interno: a extrema-direita europeia

O primeiro tipo de radicalização potencial ocorre dentro da própria Europa.

Crises internacionais intensificam debates sobre segurança, imigração, identidade cultural e soberania nacional. Temas frequentemente explorados por partidos e por movimentos de extrema-direita.

A guerra no Oriente Médio pode alimentar narrativas que associam instabilidade externa a ameaças internas, reforçando discursos sobre controle fronteiriço, restrições migratórias e fortalecimento do Estado nacional.

Nesse contexto, a UE passa a ser retratada por esses grupos como uma instituição fraca ou incapaz de proteger os cidadãos, o que favorece o aumento de posições eurocéticas ou contra a integração.

Esse fenômeno não é novo: a crise migratória de 2015–2016, desencadeada pela guerra civil na Síria, foi amplamente instrumentalizada por movimentos nacionalistas europeus.

Se a atual instabilidade no Oriente Médio se prolongar, a polarização política no continente poderá se aprofundar, ampliando o espaço para discursos radicais contra as instituições europeias.

Riscos de radicalismo externo: novas ondas de terrorismo jihadista

O segundo risco está ligado à possibilidade de radicalização transnacional estimulada por conflitos no Oriente Médio. Guerras que envolvem atores regionais e potências ocidentais frequentemente produzem narrativas ideológicas exploradas por extremistas.

Ao longo das últimas décadas, grupos extremistas jihadistas usaram esses conflitos como instrumento de propaganda global.

O exemplo mais evidente foi a ascensão do Estado Islâmico durante a guerra civil na Síria, quando o grupo conseguiu transformar um conflito regional em uma narrativa mobilizadora capaz de inspirar [ataques terroristas em Bruxelas](#), a capital da UE.

Nesse contexto, a escalada de tensões envolvendo o Irã pode reativar diferentes correntes ideológicas dentro do universo jihadista. Por essa razão, a Europol (a Agência da UE para a Cooperação Policial) já [emitiu um alerta para o aumento do risco de ameaças terroristas no bloco](#).

Isso porque as ameaças do Irã à Europa podem desencadear uma nova escalada de terrorismo jihadista. Teerã já alertou que [países europeus também poderão se tornar “alvos” se apoiem militarmente os EUA e Israel](#).

Assim, [conflitos externos podem gerar efeitos indiretos na Europa](#), ampliando riscos de radicalização ideológica e de ataques isolados.

O fato é que a [instabilidade geopolítica e econômica](#) já está em curso.

Como citar:

SILVA, Filipe Prado Macedo da. Conflito no Oriente Médio pode estimular novos radicalismos contra as instituições europeias; *Insights*, n. 27. Monte Carmelo, MG: Conexão Bruxelas, 2026. PDF. Disponível em: <https://conexaobruuxelas.org>

*Professor e Pesquisador do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Analista em Europa e União Europeia. Líder do “[Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”. E-mail institucional: filipe.prado@ufu.br

INSIGHTS